

"A Insurreição Praieira": um comentário

"The Praieira Insurrection":
a debate

Luiz Geraldo Silva*

Professor no Departamento de
História da Universidade Federal do
Paraná

Resumo

Partindo do artigo apresentado por Marcus Carvalho e Bruno Dornelas Câmara sobre a revolução Praieira, este comentário pretende apontar para três eixos centrais: o problema das relações políticas e sociais em Pernambuco ao longo da primeira metade do século XIX; a questão da ideologia dos partidos políticos imperiais; e a diversidade ideológica e social dos agentes mobilizados no âmbito da revolução. Sugere-se finalmente que a Praieira precisa ser compreendida dentro de uma perspectiva atlântica e sob a ótica da emergência do nacionalismo no Brasil imperial.

Abstract

Based on article by Marcus Carvalho and Bruno Dornelas Câmara about the Praieira revolution, this text focuses on three central issues: the political and social relationships in Pernambuco along the first half of the nineteenth century; the ideology of the political parties; and the ideological and social diversity of the agents mobilized in the revolution. It suggests, finally, that we need to understand the Praieira in an Atlantic perspective and amidst the emergency of nationalism in imperial Brazil.

Palavras chave

revolução, Pernambuco, nacionalismo

Keywords

revolution, Pernambuco, nationalism

*

Agradeço pelos comentários a este texto propostos pela assistência da Mesa Redonda "A Insurreição Praieira", realizada no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo em agosto de 2008.

1

Para um exame da historiografia sobre o que chama de "revolução praieira", ver MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.9-19, p.450-477.

2

Ver, principalmente, TAVARES, Francisco Muniz. *História da revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Imprensa Industrial, 1917. p.LXXXIII-LXXXVIII; MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife: Tipographia de F. C. Lemos e Silva, 1853.

3

Sobre a criação, no século XVIII, da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba como decorrência das cisões entre as elites locais motivadas pela guerra de 1710-1712, ver o estudo de STABEN, Ana Emília. *Negócio dos escravos. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, cap.2.

4

Carvalho, particularmente, já havia insistido nesse aspecto analisando os movimentos políticos dos primeiros anos do século XIX: CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, vol.18, nº 36, 1998; uma análise do pensamento conservador em Pernambuco no período regencial pode ser lida em FELDMAN, Ariel. Uma crítica às Instituições representativas no período das Regências (1832-1840). *Almanack Brasiliense*, nº 4, novembro de 2006.

5

Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004; BERNARDES, Denis A. de M. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo/Recife: Hucitec/FAPESP/Editora Universitária da UFPR, 2006.

O artigo sobre a revolução Praieira apresentado por Marcus Carvalho e Bruno Dornelas Câmara para este fórum suscita questões muitíssimo pertinentes para a história e historiografia do Brasil imperial. Tal conflagração, descrita por contemporâneos e por analistas ulteriores ora como *revolta*, ora como *revolução*, ora como *rebelião* e ora, ainda, como *insurreição*, despertou enorme interesse em sucessivas gerações de historiadores.¹ Embora não explicitem suas razões, Carvalho e Câmara optam por caracterizar a Praieira como uma *insurreição*. Fica, pois, em questão a natureza dessa operação conceitual. Para além desse problema particular, sublinho, em torno de seu artigo, três eixos que me parecem centrais.

Em primeiro lugar, destaco o problema das relações políticas e sociais vividas no âmbito da província de Pernambuco ao longo da primeira metade do século XIX. Como se sabe, a província em questão foi, em várias obras de historiografia regional, apresentada como um baluarte da resistência ao poder central, fosse este representado pela Coroa portuguesa, fosse pelo Estado imperial. Tal argumentação tem como principal esteio "revoluções" levadas a efeito em 1710-1712, 1817, 1824 e 1848-1849. Tais movimentos políticos e militares, apesar de tão distantes no tempo quanto díspares em suas motivações, conjunturas e configurações, foram encerrados pela historiografia do século XIX e princípios do século XX num único compartimento: o da *tiranía portuguesa*.² Contudo, olhando retrospectivamente, eles parecem ter em comum, tal como a Praieira, a profunda cisão entre as elites locais – aspecto que facilitou sobremaneira tanto a ingerência do Estado metropolitano na capitania, materializada pela criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759,³ como o enraizamento dos interesses do Estado unitário ao nível provincial depois da independência.

Assim, pois, o artigo de Carvalho e Câmara busca destacar que as lutas políticas vividas em Pernambuco ao longo do século XIX tenderam a refletir, ou a projetar, dimensões político-partidárias presentes na governação do Estado unitário criado a partir do Centro-Sul do Brasil no período pós-independência. Eles, como outros analistas recentes, procuram aqui ressaltar o papel exercido por conservadores e liberais locais na consolidação do Estado imperial.⁴ Contrariando o argumento de ter sido Pernambuco o baluarte da resistência aos poderes centrais, Carvalho e Câmara apontam que análises sobre a Praieira surgidas a partir da década de 1980, como a de Izabel Marson, tenderam a sublinhar que esta, antes de representar um movimento de resistência ao império, consistiu principalmente numa encarnizada luta entre grupos rivais que disputavam o poder local. A rigor, contudo, não há quaisquer novidades neste argumento, considerando os movimentos precedentes, sobretudo os vinculados ao constitucionalismo e ao federalismo (1820-1824). Estes, como a Praieira, antes de terem sido empreendidos contra a metrópole ou contra o império, representaram lutas fratricidas, embora embebidas em problemas atinentes à construção da nação, portuguesa ou brasileira. Ao mesmo tempo, foram lutas dotadas de apreensões de temas e padrões de ação presentes aos confrontos políticos vigentes no mundo atlântico. Neste ponto, creio ser digno de crítica o fato de Carvalho e Câmara ignorarem olímpicamente as perspectivas de análise do *federalismo* e do *constitucionalismo* formuladas recentemente, e respectivamente, por Evaldo Cabral de Mello e Denis Bernardes.⁵

Para além da fragilidade do argumento baseado nas querelas internas para explicar o cerne dos eventos de 1848-1849, revela-se igualmente problemática a noção de "ciclo das revoluções liberais" mantida por Carvalho e Câmara no texto que ora se discute neste fórum. A natureza das tensões internas à província de Pernambuco antes e depois de 1817, durante o período do constitucionalismo, bem como em 1824 e 1848, é diversa, não se enquadrando em marco genérico e tradicional como o acima exposto. No interior desse suposto "ciclo" os confrontantes não eram os mesmos, apesar de suas ramificações pessoais e ideológicas; a configuração política local e da sociedade que, aos poucos, impunha-se como "nacional" igualmente mudava de forma vertiginosa. O tipo de articulação dos acontecimentos locais e "nacionais", bem como das representações e ideologias políticas, mudava, igualmente, no compasso das transformações do mundo atlântico. Assim, a noção estática de "ciclo" longe está, pois, de nos ajudar a construir vínculos entre padrões vividos no âmbito das restaurações dinásticas na Europa e os acontecimentos de 1824, por exemplo. Da mesma forma, parece imprescindível buscar relações entre as lutas políticas de caráter urbano levadas a efeito nas barricadas europeias da década de 1840 e as petições da Associação dos Artistas Pernambucanos, ou as ações e idéias dos seguidores de Borges da Fonseca. Embora estes não constituíssem o cerne da Praieira, suas práticas e ideologias políticas e sociais guardam estreita e evidente relação com outras manifestações percebidas por aqueles anos no mundo atlântico. Afirmando apenas para sublinhar que a noção estática de "ciclo" pouco contribuirá para ajudar na compreensão articulada desses fenômenos.

O segundo aspecto que gostaria de destacar diz respeito ao fato de o artigo aqui em questão discutir aspectos capitais em torno das ideologias dos partidos imperiais. Como se sabe, há diferentes perspectivas na historiografia em torno desse problema, as quais tendem ora a minimizar as diferenças partidárias, ora a ressaltar as peculiaridades programáticas e ideológicas de liberais, conservadores e de outros partidos não institucionalizados e anteriores àqueles.⁶ Ademais, para além dos partidos, a *perspectiva institucional*, quer se confira ou não a ela peso e relevância, guarda íntima associação com o nexos do texto que ora se apresenta e se discute neste fórum.

Em seu estudo sobre a elite imperial, José Murilo de Carvalho⁷ notou que havia claras diferenças ideológicas e de prática política entre liberais e conservadores. Por mais criticada que tenha sido sua tese central, e com razão, as distinções entre os partidos imperiais têm sido retomadas sob diversos ângulos desde então, reiterando o vigor de sua análise neste campo em particular. Recentemente, Fabiana Rodrigues demonstrou em artigo publicado neste *Almanack* que a redução e desmobilização das forças armadas nos anos iniciais da regência decorreram de um projeto político daqueles que, depois de 1837, iriam se aglutinar em torno do Partido Liberal. Por outro lado, ela também demonstrou que a recomposição e o aumento de corpos da Marinha e do Exército após o regresso decorreram, inversamente, do retorno dos conservadores ao poder.⁸ Jeffrey Mosher, por sua vez, ressaltou que tomar as diferenças políticas em termos institucionais permite compreender os anos da Praieira e a década precedente, marcada pela Regência, a partir de

6

Há excelentes apontamentos em torno da história da formação dos partidos na década de 1830, e considerando o mundo atlântico, nas análises empreendidas por MOREL, Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o partido caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí: Hucitec/Unijui, 2003. p.407-430; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p.61-64.

7

Cf: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996, p. 181-208.

8

Cf: RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. Caminhos e descaminhos da nacionalização do Exército brasileiro no período Regencial (1831-1840). *Almanack Brasiliense*, nº 3, maio de 2006.

9

Cf. MOSHER, Jeffrey C. Political mobilization, party ideology, and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850. *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, nº 4, 2000.

10

Cf. COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles*. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

problemas pertinentes à dinâmica de formação e refinamento ideológico dos partidos imperiais. Da mesma forma, o problema da *lusofobia* representa, para ele, uma maneira de compreender as relações entre líderes praieiros e os vários sujeitos das camadas populares que participaram avidamente da fermentação ideológica e, depois, das campanhas militares que marcaram os acontecimentos de 1848-1849. Mosher parte do problema conforme o qual as análises em torno do Brasil imperial têm sido marcadas principalmente pela ênfase posta sobre estruturas informais, tais como as redes senhoriais, de patronato e do clientelismo. Pouco se examina, segundo ele, os padrões das instituições políticas formais. Os partidos imperiais, nessa perspectiva, são percebidos muitas vezes como simples fachadas para a atuação de grupos personalistas, e suas diferenças ideológicas são captadas como mera retórica.⁹

A meu ver, a despeito de algumas formulações reticentes, o artigo de Carvalho e Câmara reitera essa perspectiva *informal* da vida política do século XIX, observando-a principalmente como uma guerra entre compadres, ou entre grupos envolvidos em redes de clientelas. Reiterar velhas fórmulas, como se faz em seu texto, como a que reza que "nada lembrava mais um saquarema do que um luzia no poder" é caminhar na contramão da historiografia atual, preocupada com as distinções ideológicas e seus reflexos, ou projeções, manifestados na prática política. A mesma desatenção para com a dimensão institucional também é manifestada quando se examina no artigo aqui em discussão questões em torno do desarmamento de antigos funcionários do Estado provincial. Carvalho e Câmara, neste ponto, fazem tábula rasa de conceitos mais vastos como o de *monopólio da violência legítima*, formulado por Weber no século XIX e adaptado recentemente às análises da sociedade e do Estado imperiais por Wilma Peres Costa.¹⁰ O resultado e o significado de suas análises em torno das práticas de desarmamento poderiam revelar-se mais pertinentes se o peso conferido às redes de clientelas não fosse tão demasiado, em detrimento de uma compreensão, por um lado, conceitual e, por outro, atenta à dimensão institucional das lutas políticas da primeira metade do século XIX.

Finalmente, e em terceiro lugar, sublinho a diversidade ideológica e social dos agentes mobilizados no âmbito da Praieira. A heterogeneidade dos agentes que se conflagraram na década de 1840 em Pernambuco constitui um enigma histórico nada desprezível. Por um lado, diferentes partidos, institucionalizados ou não, e, por outro lado, sujeitos oriundos de distintas camadas sociais e egressos de diversas regiões da província participaram diretamente da fermentação ideológica e dos combates efetivos que deram animo a Praieira. Compreender a heterogeneidade dos participantes e suas respectivas motivações, as quais, embora fossem interdependentes, possuíam autonomia relativa, parece-me um dos maiores desafios no exame de 1848-1849.

Contudo, preso ao que se chamou de "a dialética do clientelismo", o artigo de Carvalho e Câmara tendeu a certa generalidade ao procurar entender a diversidade de agentes presentes àquele movimento político e militar. Em primeiro lugar, a recusa em ver esse evento num contexto atlântico levou seus autores a circunscreverem a diversidade de suas idéias e ideologias, bem como de motivações de seus agentes, a um terreno

11

Sobre a diversidade de interpretações e leituras do nacionalismo na Europa de 1848, ver o ensaio de PFLANZE, Otto. *Nationalism in Europe, 1848-1871*. *The Review of Politics*, vol. 28, nº 2, April, 1966. p.129-143; uma abordagem recente do problema na Itália pode ser lida em PATRIARCA, Silvana. *Indolence and regeneration: tropes and tensions of Risorgimento patriotism*. *The American Historical Review*, vol. 110, nº 2, April, 2005. p.380-408.

12

Ver a esse respeito SILVA, Luiz Geraldo. *Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823)*. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005. p.915-934.

13

Cf: MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.451.

14

Ibidem, p.465.

15

Cf: MOSHER, Jeffrey C. *Political mobilization, party ideology, and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850*. *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, nº 4, 2000. Maria Odila Leite da Silva Dias já havia destacado, em inícios dos anos de 1970, que a "lusofobia transparece continuamente nos desaíchos da imprensa através de todo o século XIX, nas reivindicações dos 'praieiros' da corte e de Pernambuco (1848) pela nacionalização do comércio a varejo, repetindo-se em muitos outros episódios esparsos de violência". Cf: DIAS, M. O. Leite da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.179. O limite da problemática de Dias em torno da questão da identidade nacional refere-se, naturalmente, ao campo interpretativo no qual ancorou este tema vital, qual seja, o da "interiorização da metrópole". Para uma crítica muitíssimo profícua a esse campo veja-se o livro de SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.31-50.

regional ou, no limite, restrito as fronteiras do império. Assim, ao acentuar a tônica nestes âmbitos, relegou-se o fato de que 1848 foi o ano do *nacionalismo* na Europa, mormente na França e na Itália, mas também na Alemanha, na Polônia ou na Hungria, embora a manifestação desse sentimento e dessa ideologia tenha sido profundamente diferente em cada um desses países tal como foi, é óbvio, no Brasil. Comparar a manifestação do nacionalismo nestes diferentes contextos pode ajudar a iluminar a experiência específica vivida na Praieira, ou dimensioná-la mediante uma perspectiva atlântica.¹¹ Ao mesmo tempo, deixou-se de analisar no texto em questão, e também por comparação tanto no tempo como no espaço, a especificidade da participação popular em 1848-1849. Afinal, o nacionalismo de 1848 na Europa, mormente na França, traduz-se em movimentos populares, de ruas, de barricadas, ou em uma participação popular, acentuadamente proletária. Por outro lado, pode-se comparar a presença das pessoas comuns no 1848 pernambucano com os movimentos precedentes da própria província, seja o de 1817, quando ainda se revelava uma inserção das camadas populares na política profundamente marcada pelos padrões barrocos e de antigo regime, seja o de 1824, quando a presença dos sujeitos daquela extração ainda se reduzia à sua incorporação aos exércitos "republicanos".¹² A conclusão de Carvalho e Câmara nesse ponto se limita a uma compreensão do que Nabuco entendeu ser, efetivamente, a "a única bandeira política" da Praia, qual seja, a "idéia retrógrada da nacionalização do comércio".¹³ Como eles afirmam em seu artigo, a "nacionalização do comércio a retalho foi o 'sentimento' que mobilizou a 'população' do Recife". Recusa-se aqui, pois, a compreensão das motivações relativamente autônomas dos sujeitos das camadas populares envolvidos com a luta política da década de 1840 – radicalmente diferente daquelas motivações reveladas em 1817 ou 1824. Definitivamente, não se está diante da revolução "proletária", "popular", "democrática" ou mesmo "burguesa" destacada pela historiografia que Carvalho e Câmara descreveram como "engajada", a qual procurou, aliás, tornar o 1848 pernambucano apenas um eco dos movimentos europeus.¹⁴ Mas é inevitável perceber que se está, então, diante de um fenômeno novo, no que diz respeito ao engajamento de sujeitos egressos das camadas populares nos movimentos políticos do império – e bem para além das recorrentes e genéricas redes de clientelas sempre presentes ao artigo em questão.

Acerca da diversidade e heterogeneidade dos participantes dos eventos de 1848-1849, proponho um problema muito simples: *o de que as camadas populares ativas politicamente no âmbito da Praieira movimentavam-se em quadros marcados pela emergência de uma identidade nacional brasileira*, ou de um tipo de *nacionalismo*, se se quiser. A emergência dessa identidade pode ser observada por muitos caminhos, mas destaco aqui apenas um deles, talvez sua face mais visível na década de 1840: a *lusofobia*, destacada num primeiro momento por Maria Odila Leite da Silva Dias e, mais recentemente, por Jeffrey Mosher.¹⁵ Ao contrário do que propõem Carvalho e Câmara, não creio que fosse a mera nacionalização do comércio a retalho o cerne do "sentimento popular", mas sim a lusofobia que ela engendrava. A nação brasileira nascia por aqueles anos, como destacou uma historiografia já bastante antiga, ademais reiterada neste ponto por estudos recentes. Contudo, não constitui tarefa fácil

Cf: JANCÓS, István Et PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo de emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos G. Mota (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. S. Paulo: Editora SENAC, 2000. p.135. Atento, num primeiro momento, ao problema do território, Holanda asseverou que as aspirações da "independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas". No mesmo ensaio, ele observa, em torno da questão da identidade nacional, "que a presença portuguesa foi insistentemente encarada, entre numerosos brasileiros, como um perigo mortal para liberdades nascentes e mal seguras" e que a construção de uma "unidade nacional, depois da dispersão" deveria ser, pois, apenas situada "por volta de 1848, ano em que os nossos liberais quebram os remos". Cf: HOLANDA, Sérgio B. de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: HOLANDA, S. B. de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, 1º Vol. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p.9, p.15. Seguindo-lhe os passos, Maria Odila L. da Silva Dias exagerou ao afirmar que "a consciência propriamente 'nacional' viria através da integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio (1840-1850) conseguida a duras penas através da luta pela centralização do poder e da 'vontade de ser brasileiros', que foi talvez uma das principais forças modeladoras do império". Cf: DIAS, M. O. Leite da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.169. Ora, embora se concorde com tal periodização, sabe-se que concorreu para a construção dessa identidade nacional, além dessa imposição da nova Corte, uma ativa cooperação ao nível provincial, da qual tratou-se, aliás, no artigo de Carvalho e Câmara, bem como na primeira parte deste comentário.

identificar esse tipo de variável. "Sem dúvida", escrevem Jancsó e Pimenta a esse respeito, "parece mais fácil lidar com variáveis nitidamente objetivadas (como o são, por exemplo, as normas que configuram o Estado, incluindo-se aí, em situações-limite, os projetos de sua radical subversão), do que fazê-lo com dimensões da realidade confinadas (desdenhosamente) ao universo da subjetividade, do sentimento e da emoção (em algum grau partilhada pelo próprio historiador), casos da idéia de nação ou de identidade nacional".¹⁶ Ademais, sob tal perspectiva, há que se demandar das novas pesquisas em torno da Praieira a comparação sistemática de sua dinâmica com a de outros movimentos políticos levados a efeito por aqueles mesmos anos no Império do Brasil, em particular, e no mundo atlântico, em geral.

A construção do Estado no Brasil precedera o nascimento da nação. O caráter de transação decorrente da manutenção de membro da dinastia de Bragança no poder do novo corpo político, brasileiro e imperial, garantiu a independência nos termos ditados pelas elites mineiras, paulistas e fluminenses. O custo dessa transação foi o represamento de um tipo de sentimento nacional mais tarde aflorado e capitalizado pelos praieiros junto aos setores populares, o qual longe esteve de se circunscrever a "idéia retrógrada da nacionalização do comércio", no dizer de Nabuco. É preciso ir além, e ver que a campanha da nacionalização era uma forma de lusofobia, e esta, por sua vez, era uma compreensão popular do que ainda era necessário realizar nos termos da independência, da descolonização ou da construção de uma nova nação.